

NOÉ

A ALIANÇA DA PRESERVAÇÃO

Na aliança de Deus com Adão, aparece a primeira referência às duas linhagens de desenvolvimento entre a humanidade. Uma linhagem pertence à semente de Satanás, a outra, à semente da mulher. Gênesis 4-11 esboça o desenvolvimento primitivo dessas duas linhagens diferentes.¹

A aliança com Noé aparece no contexto do desenvolvimento dessas duas linhagens, e manifesta a atitude de Deus para com ambas. Destruição total e absoluta se acumulará sobre a semente de Satanás, enquanto que a livre e imerecida graça será derramada generosamente sobre a semente da mulher.

Quatro passagens apresentam, inicialmente, a natureza da aliança estabelecida com Noé: Gênesis 6.17-22; 8.20-22; 9.1-7 e 9.8-17.² Com base nessas passagens podem ser observadas as seguintes características da aliança com Noé:

1. A aliança com Noé enfatiza a estreita inter-relação das alianças da criação e da redenção. Muito do compromisso de Deus com Noé implica em uma renovação das estipulações da criação e reflete claramente a linguagem da aliança original. A referência a “...aves... gado... e de todo réptil que rasteja sobre a terra”, de Gênesis 6.20 e 8.17, pode ser comparada com a descrição semelhante em Gênesis 1.24-25,30. A ordem de Deus a Noé e sua família, no sentido de “frutificar-se, multiplicar e encher a terra” (Gn 9.1,7), reflete mandamento idêntico dado na criação (Gn 1.28).

Ainda mais, o mandado cultural de “sujeitar” a terra (Gn 1.28) encontra estreito paralelo na aliança com Noé. O julgamento de Deus contra o pecado trouxe desarmonia ao papel de governo do homem sobre a criação. Como consequência, o medo e o terror do homem deviam cair sobre todos os animais, aves e peixes da criação (Gn 9.2). O governo do homem deverá ser exercido num contexto não natural de “terror” e “medo”. Todavia, ele continua a manter sua posição como “dominador”.

A repetição explícita dessas ordens, recebidas na criação no contexto da aliança da redenção, expande a visão dos horizontes da redenção. O homem redimido não deve interiorizar sua salvação, de modo a pensar estritamente em termos de um livramento “salvação da alma”. Ao contrário, a redenção envolve todo seu estilo de vida como criatura social e cultural. Em vez de retrair-se mesquinamente a uma forma restrita de existência “espiritual”, o homem redimido deve avançar com uma perspectiva total do mundo e da vida.

Ao mesmo tempo, essas implicações mais amplas do pacto de Deus com Noé devem ser vistas mais em um contexto distintamente redentor que em um contexto mais generalizado.³ Deus não se relaciona com a criação por meio de Noé separado do seu programa de redenção em andamento. Mesmo as estipulações concernentes às ordenanças das estações devem ser entendidas na estrutura dos propósitos de Deus com respeito à redenção.

Um dos escritos mais primitivos dos profetas de Israel enfatiza, de maneira vigorosa, a unidade dessas dimensões mais amplas da aliança com Noé com os propósitos redentores de Deus. Oseias se expressa na linguagem da aliança de Deus com Noé sobre as questões relacionadas aos propósitos divinos da redenção de Israel em andamento.⁴ Deus “fará uma aliança” com o universo criado, incluindo os animais do campo, as aves do céu e os répteis que rastejam na terra (Os 2.18; cf. Gn 6.20; 8.17; 9.9-10). Antecipando a

atividade redentora futura a Israel, Oseias emprega as categorias distintivas do universo encontradas na aliança de Deus com Noé.⁵

Assim, Oseias antecipa o significado contínuo dos compromissos da aliança mais ampla de Deus no contexto dos propósitos de Deus de redimir um povo para si. O sustento de todas as criaturas de Deus, pela graça da aliança com Noé, está imediatamente relacionado com o fato de Deus restabelecer Israel numa relação frutífera consigo mesmo.

A aliança com Noé une os propósitos de Deus na criação com seus propósitos na redenção. Noé, sua semente e toda a criação se beneficiam desse relacionamento gracioso.

2. Uma segunda característica distintiva da aliança com Noé está relacionada com a particularidade da graça redentora de Deus. Antes do dilúvio, a impiedade do homem provocou a decisão de Deus de eliminá-lo da face da terra (Gn 6.5-7).⁶ Em contraste com essa determinação solene, Deus expressou uma atitude graciosa para com Noé: “Porém Noé achou graça diante do Senhor” (Gn 6.8). Dentre toda a massa da humanidade depravada, Deus dirigiu sua graça a um homem e sua família.

Pode ser que a graça de Deus tenha impedido Noé de descer ao nível de depravação encontrado entre seus contemporâneos. Porém, nada indica que a posição favorecida de Noé surgiu de qualquer outra coisa que não a graça do Senhor para com ele. O termo “graça”, que descreve a atitude de Deus para com Noé, ocasionalmente se refere a alguma outra coisa que não uma resposta de misericórdia a uma situação de pecado (cf. Gn 39.4; 50.4; Nm 32.5; Pv 5.19; 31.30). Porém, quando descreve a resposta de Deus ao homem caído, “graça” retrata uma atitude misericordiosa para com um pecador que nada merece. Nos dias de Noé, toda a formação inicial dos pensamentos do coração do homem (וְכָל-יֵצֵר מַחְשְׁבֹת לְבוֹ, Gn 6.5) era continuamente má. Mas Noé achou graça aos olhos do Senhor.⁷

Embora Gênesis 6.9 afirme que Noé era um “homem justo”, considerações estruturais características do livro de Gênesis proíbem a conclusão de que Noé recebeu “graça” por causa de uma justiça previamente existente. A frase “estas são as gerações de...”, que inicia Gênesis 6.9, ocorre dez vezes em Gênesis. Em cada uma delas, a frase indica o começo de outra seção principal do livro.⁸ Essa frase separa, de modo decisivo, a afirmação de que “Noé achou graça” (Gn 6.8) da afirmação de que Noé era um “homem justo” (Gn 6.9). A graça de Deus para com Noé não foi concedida por causa da justiça do homem, mas por causa da particularidade do programa de redenção de Deus.

O princípio de particularidade, tal como é visto no favor de Deus para com Noé, representa a antiga manifestação de um tema que continua ao longo da aliança da redenção. Como enfatizada pelo apóstolo Paulo, toda a experiência de salvação pela graça, mediante a fé, vem como um dom de Deus aos que estão mortos em delitos e pecados (cf. Ef 2.1; 2.8-10).

3. Um terceiro princípio inerente ao estabelecimento da aliança com Noé diz respeito à intenção de Deus de tratar com famílias em seus relacionamentos pactuais. Deus destruirá a terra. Mas diz a Noé:

Contigo, porém, estabelecerei a minha aliança; entrarás na arca, tu e teus filhos, e tua mulher, e as mulheres de teus filhos (Gn 6.18).

A repetição desse tema no tratamento de Deus com a família de Noé, ao longo da narrativa, indica a importância do conceito para a aliança com Noé.⁹ Um texto em particular deve ser notado:

Disse o Senhor (Yahweh) a Noé: Entra na arca, tu e toda a tua casa, porque reconheço que tens sido justo diante de mim no meio desta geração (Gn 7.1).

A justiça do cabeça singular da família serve de base para a entrada de todos os seus descendentes na arca. Porque Noé é justo, toda a sua família experimenta a libertação do dilúvio.

4. Em quarto lugar, a aliança com Noé pode ser caracterizada principalmente como a aliança da preservação. Essa dimensão da aliança com Noé torna-se evidente na resposta de Deus à oferta de gratidão de Noé, depois de baixadas as águas do dilúvio:

Levantou Noé um altar ao Senhor e, tomando de animais limpos e de aves limpas, ofereceu holocaustos sobre o altar. E o Senhor aspirou o suave cheiro e disse consigo mesmo: Não tornarei a amaldiçoar a terra por causa do homem, porque é mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade; nem tornarei a ferir todo vivente, como fiz, enquanto durar a terra não deixará de haver sementeira e ceifa, frio e calor, verão e inverno, dia e noite (Gn 8.20-22).

Mediante esse decreto, Deus obriga-se a preservar a terra na sua presente ordem universal até o tempo da consumação.

Em alguns aspectos, a razão dada para a afirmação de Deus de não mais amaldiçoar a terra parece ser um *non sequitur*. “Porque é mau o desígnio ímpio do homem desde a mocidade”, Deus não mais amaldiçoará a terra. Poder-se-ia esperar que Deus determinasse a amaldiçoar a terra repetidamente por causa da persistente depravação do homem.

Entretanto, Deus entende que o problema do pecado nunca será resolvido por meio de julgamento e maldição. Para que apareça o alívio apropriado da corrupção do pecado, a terra deve ser preservada de julgamentos como o dilúvio durante algum tempo.

Deus exerceu sua prerrogativa de justo julgamento nos dias de Noé não porque ignorasse a incapacidade do julgamento para curar o pecado. O Senhor conhecia precisamente o estado do coração do homem antes do dilúvio, e certamente entendia as limitações do poder do julgamento para mudar o coração do homem (cf. Gn 6.5-7).

Contudo, para fornecer uma demonstração histórica apropriada do destino último de um mundo sob o pecado, Deus consumiu a terra com o dilúvio. Esse acontecimento cataclísmico torna-se, mais tarde, o modelo do julgamento final da terra por Deus, e a base para a refutação dos argumentos dos escarnecedores que zombarão da certeza de um último dia de acerto de contas (cf. 2Pe 3.4-6).

O modo divino de tratar com o homem depois do dilúvio deve ser visto com essa perspectiva global em mente. O homem é totalmente depravado, inclinado à autodestruição e digno de julgamento. Mas Deus, em graça e misericórdia, determina preservar a vida do homem e promover a multiplicação dos seus descendentes.

O compromisso de Deus de preservar o homem depois do dilúvio torna-se também evidente nas provisões de Gênesis 9.3-6:

Tudo o que se move, e vive, ser-vos-á para alimento; como vos dei a erva verde, tudo vos dou agora. Carne, porém, com sua vida, isto é, com seu sangue, não comereis. Certamente, requererei o vosso sangue, o sangue da vossa vida; de todo animal o requererei, como também da mão do homem, sim, da mão do próximo de cada um requererei a vida do homem. Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem (Gn 9.3-6).

Toda vida criada é sagrada. Todavia, o valor mais alto deve ser vinculado à vida do homem. Para manter a vida, o homem pode comer de todos os animais da criação de Deus (v. 3). Porém deve mostrar reverência pelo princípio de vida da criatura, simbolizado pelo seu sangue (v.4).¹⁰

Mais particularmente, o homem ou o animal que cometer homicídio está sujeito a sanções especiais (v. 5s.). Deus requer que a vida do homicida seja tirada pela mão do homem.

A preservação da humanidade não é explicitamente estabelecida como a razão dessa exigência. A razão é mais profunda. É porque a imagem do próprio Deus está estampada no homem que o assassino deve morrer.¹¹

No entanto, a preservação da raça desempenha um papel maior nessa legislação. O versículo que segue imediatamente reitera o mandamento anterior a Noé e sua família, no sentido de “ser fecundo, e multiplicar-se e povoar a terra” (v. 7; cf. Gn 9.1). Para que esse mandato divino de multiplicação seja efetuado, a humanidade deve ser preservada das forças assassinas do homem e dos animais, que estão presentes de maneira tão óbvia em um mundo depravado. Tirar a vida do assassino acentua a santidade da vida humana e preserva a raça para sua futura multiplicação.

Antes, Deus havia reservado somente para si o direito de tratar com o homicida. No caso de Caim, Deus profere um julgamento contra quem ousasse tocá-lo (Gn 4.15). Mas agora, deliberadamente, Deus coloca a responsabilidade pela execução do malfeitor sobre o próprio homem. Se o caráter degenerado do homem deve ser refreado da total autodestruição, devem-se adotar freios adequados ao avanço da iniquidade. Na sabedoria de Deus, a execução do homicida fornece um freio maior para conter os excessos da iniquidade.

Ainda que as palavras que foram ditas a Noé não apresentem uma teologia elaboradamente desenvolvida do papel do Estado, certamente a semente do conceito está presente.¹² Com efeito, Deus institui o poder temporal do Estado como seu instrumento, na insistente necessidade de controlar o mal. Esse poder de espada, agora posto pela primeira vez nas mãos dos homens, intimida o malfeitor em potencial e restringe a atividade consciente da iniquidade.¹³

Os comentaristas geralmente tendem a modificar a referência à pena capital na aliança com Noé. Eles negam a presença dessa referência, ou se opõem à aplicação do princípio às estruturas sociais atuais.

Uma série de perguntas relativas ao assunto pode ajudar a esclarecer o problema:

Primeira pergunta: A aliança de Deus com Noé sanciona o ato de tirar a vida do homicida em qualquer circunstância?

Essa pergunta pode ser feita sem entrar imediatamente nos problemas particulares envolvidos na determinação da relevância atual dessa estipulação

para o crente da nova aliança. A aliança com Noé oferece em si mesma a sanção divina para a pena capital?

Gênesis 9.5-6 pode ser interpretado como afirmando simplesmente um fato que ocorrerá. Se alguém derrama sangue, seu sangue será derramado. Por outro lado, o versículo pode ser entendido como oferecendo a sanção divina para se tirar a vida do assassino.

A primeira consideração, no sentido de decidir entre esses pontos de vista opcionais, diz respeito ao significado preciso da frase, que pode ser literalmente traduzida assim: “da mão (do homem ou animal) eu a requererei”. A frase pode significar: “Pela instrumentalidade (do homem) eu exigirei uma prestação de contas”. Nesse caso, o homem será o instrumento pelo qual Deus levará o assassino à prestação de contas. Assim fica estabelecido o princípio da pena capital.

Entretanto, essa interpretação da frase esbarra numa dificuldade imediata. Porque o versículo diz que “pela mão de animais”, bem como “pela mão do homem”, Deus requererá a vida. É muito difícil imaginar um animal selvagem servindo de instrumento do julgamento de Deus no mesmo sentido em que o homem age nessa função.

A interpretação mais provável da frase “pela mão de “homem ou animal” eu exigirei uma prestação de contas” é: “Do (homem ou animal) eu exigirei uma prestação de contas”, isto é, Deus exigirá justiça tanto do homem quanto do animal que mata.

Essa interpretação da frase “da mão de (homem ou animal) eu requererei” encontra apoio em outro lugar na Escritura. O profeta Ezequiel afirma que Deus “requererá” da mão do atalaia o sangue de quem não foi avisado, usando fraseologia idêntica à encontrada em Gênesis 9.5-6 (Ez 33.6; 34.10).

Gênesis 9.5 em si não parece decidir a questão sobre se Deus tenciona ou não que o homem seja seu instrumento na execução da justiça contra o assassino. Na verdade, Deus requererá a vida do assassino. Mas irá requerê-la especificamente da mão de outro homem?

Gênesis 9.6 responde de modo afirmativo a essa pergunta. Tanto o paralelismo na estrutura do versículo quanto a indicação do instrumento para executar a justiça apontam nessa direção.

O paralelismo de fraseologia, tal como se encontra no texto original da Escritura, pode ser representado como segue, na tradução para o português:

- a Aquele que derrama
- b o sangue de
- c homem,
- c pelo homem
- b seu sangue
- a será derramado (Gn 9.6)

A própria estrutura do versículo sugere a *lex talionis*, a lei do olho por olho e dente por dente. O homem que derrama o sangue do homem terá seu sangue derramado pelo homem. Mais especificamente, o homem é indicado como o agente pelo qual o sangue do assassino será derramado. Quando esse pensamento é combinado com a afirmação, no versículo 5, de que Deus “exigirá uma prestação de contas” do assassino, torna-se claro que a intenção

da passagem é designar o homem como o agente de Deus na execução da justiça contra o assassino.

Essa conclusão é apoiada pela legislação escriturística subsequente. Êxodo 21.28 indica que o animal que tirar a vida de um homem deve ter sua vida tirada pelo homem. Em acréscimo, Israel é explicitamente incumbido da responsabilidade de executar a pena capital contra o assassino (Êx 21.12; Nm 35.16-21).

Concluindo, o texto indica que o homem tem uma responsabilidade, dada por Deus, com respeito ao assassino. A exigência é inequívoca. A pessoa que tira a vida de um homem deve ter sua vida tirada pelo homem.¹⁴

Segunda pergunta: A aliança com Noé pode ser considerada como a primeira revelação dessa exigência?

Aqueles que laboram a partir da estrutura da reconstrução crítica do texto de Gênesis têm dificuldade com essa pergunta. Grande parte da narrativa concernente a Noé é atribuída, pelos críticos eruditos, à escola “sacerdotal” e datada como sendo do 6º século a.C., ou mais tarde. Se fosse esse o caso, o material relativo à pena capital, na aliança com Noé, muito possivelmente seguiria cronologicamente às estipulações relativas à pena capital encontradas na aliança mosaica.

Entretanto, a proeminência em Oseias de material que fortemente lembra a aliança de Deus com Noé suscita sérias dúvidas concernentes ao caráter “sacerdotal” do 6º século, do material em discussão. Oseias, escrevendo no 8º século, ecoa a linguagem de um relacionamento de aliança estabelecido antes dos seus próprios dias.¹⁵ Com base em um relacionamento de aliança anterior ao seu próprio tempo, Oseias antecipa a situação futura de Israel. À luz disso, dificilmente é apropriado sugerir que as estipulações distintas da aliança com Noé não apareceram até cerca de duzentos anos depois de Oseias.

Num nível ainda mais básico, é essencial aceitar as Escrituras como relatando fielmente o caráter da aliança de Deus com Noé. Dessa perspectiva, a aliança com Noé deve ser considerada como a primeira revelação da sanção da pena capital. O conceito não surgiu na legislação dada a Israel nos dias de Moisés, que foi subsequentemente projetada em passado lendário. Em vez disso, originou-se no novo começo da humanidade, com a família de Noé.

Terceira pergunta: Essa ordem, concernente à pena capital, está limitada a um sentido temporal ou étnico, ou é universalmente obrigatória em suas exigências?

As estipulações concernentes à execução do homicida não têm, obviamente, limitações étnicas. A aliança de Noé não fala de maneira particular a uma raça. O primeiro pai da nova humanidade, juntamente com toda a sua família, constitui a parte humana dessa aliança. Deus faz sua aliança para sancionar a vida com “todos os seres vivos” (Gn 9.9-10).

De maneira interessante, a legislação etnicamente universal concernente à santidade da vida reaparece em um momento crucial posterior, na história da redenção. Por ocasião da confirmação apostólica da extensão do evangelho aos gentios bem como aos judeus, reaparece a lei concernente a não comer sangue. A decisão do Concílio de Jerusalém libera os gentios das leis ritualistas de Moisés. Mas eles devem abster-se “... da carne de animais sufocados e do sangue” (At 15.20,29).

Aparentemente, essa passagem alude à aliança com Noé.¹⁶ A entrada do evangelho na corrente mais ampla da humanidade passa mais uma vez pelas estipulações da aliança com Noé. Não é necessário manter, até o presente, a letra das leis rituais da aliança com Noé para se apreciar seu significado como legislação de transição. A fim de evitar tropeços desnecessários entre os judeus convertidos a Cristo, essa legislação mais ampla do Antigo Testamento, tirada da aliança de Deus com Noé, foi reativada por algum tempo, embora mais tarde a evidência do Novo Testamento aponte no sentido da sua revogação (Rm 14.14; 1Co 10.25s.).

A questão de uma limitação temporal da legislação específica concernente à pena capital é um ponto mais polêmico. O problema concentra-se, primariamente, na relação da legislação concernente a não comer sangue com a exigência de que a vida do homicida deve ser tirada. Se um aspecto da legislação é temporalmente limitado, não pode isso indicar limitação temporal da totalidade da legislação relacionada a Noé? Para responder a essa pergunta, dois pontos devem ser notados:

Em primeiro lugar, a possível presença de alguns elementos temporalmente limitados numa aliança divina não torna automaticamente temporizados todos os elementos da aliança.¹⁷ A aliança com Abraão tinha seu rito de circuncisão. A aliança com Moisés tinha seu sistema sacrificial. Todavia, a essência de ambas as alianças continua a desempenhar um papel vital na vida do povo de Deus.

Em segundo lugar, a santidade da vida do homem encontra reforço permanente mediante o reconhecimento do poder atribuído ao Estado na Escritura (cf. Rm 13.1ss.; 1Pe 2.13-14). As autoridades civis continuam a trazer a espada em nome de Deus.

De qualquer modo, o caráter preservativo da aliança com Noé desempenha um papel central no progresso da história redentora. O homem, ainda hoje, vive sob as estipulações inauguradas nessa aliança. A regularidade das estações deriva-se diretamente da determinação de Deus de preservar a terra até que possa cumprir a libertação do pecado. A instituição do Estado indica o propósito de Deus de restringir o mal inerente na humanidade.

5. Em quinto lugar, a aliança com Noé possui um aspecto distintamente universalista. Com relação a isso, deve-se notar a ênfase particular nas dimensões cósmicas da aliança com Noé. Todo o universo criado, incluindo a totalidade da humanidade, beneficia-se dessa aliança. Não apenas Noé e sua semente, mas “todos os seres vivos” subsistem sob o sinal do arco íris (cf. Gn 9.10).

Essa inclusão da totalidade do universo na aliança redentora de Deus encontra vívido reconhecimento na expressão de Paulo concernente à expectativa final do redimido:

[...] sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angustias até agora. E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo (Rm 8.22s.).

Não somente o homem, mas todo o universo experimentará a libertação final da maldição.

Esse caráter universal da aliança com Noé fornece o fundamento para a proclamação universal do evangelho no século presente. O compromisso de

Deus, de manter fielmente a ordem da criação, revela a sua paciência para com toda a humanidade. Ele deseja tornar conhecido o testemunho da sua bondade por todo o universo.

Em um ponto subsequente da história da redenção, o salmista reflete sobre a regularidade do dia e da noite como testemunho da universalidade do programa redentor de Deus. Um dia discursa a outro dia, e uma noite revela conhecimento a outra noite. A “voz” dessas ordenanças regulares prossegue por toda a terra e suas palavras alcançam os confins do mundo (Sl 19.2-4). Onde quer que o homem se encontre, o testemunho das ordenanças de Deus, tais como determinadas pela aliança com Noé, testifica da glória do Criador.

O compromisso de Deus, no sentido de manter um testemunho universal mediante a ordem da criação, desempenha mais tarde um papel significativo no mandato missionário do apóstolo Paulo. Ao estabelecer que o evangelho deve ser proclamado entre todas as nações, ele apela para o testemunho universal dado por Deus por intermédio da criação (cf. Rm 10.18 em sua referência ao Sl 19.4). O alcance universal do testemunho da criação provê o fundamento para a proclamação universal do evangelho. O Deus que comissionou o testemunho de si mesmo até os confins da terra, por meio da criação, também se mostrou como o “Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam” (Rm 10.12).

Esse testemunho universal da ordem da criação está profundamente enraizado na palavra pactual a Noé. Mediante as provisões da aliança com Noé, Deus comprometeu-se a uma jornada de testemunho universal. O testemunho da graça da criação para com o homem pecador fornece também a plataforma da qual a proclamação universal do evangelho deverá ser proferida.¹⁸

6. Em sexto lugar, o selo da aliança com Noé enfatiza o caráter gracioso dessa aliança. Em um contexto de julgamento ameaçador, simbolizado pelas carregadas nuvens de chuvas, Deus designa a beleza abrangente do arco íris para representar sua graça no julgamento. Tendo destruído o mundo uma vez, assim retratando a imutabilidade de seus justos decretos, o Senhor Deus agora une as nuvens com o seu arco íris para manifestar seu propósito de graça livre e imerecida.¹⁹

Não é por acidente que o trono do justo Juiz dos céus e da terra é descrito como tendo “ao redor do trono, há um arco íris semelhante, no aspecto, a esmeralda” (Ap 4.3). Quão grande será o gozo do verdadeiro participante da graça da aliança de Deus em Cristo, ao ver o sinal e o selo dos bons propósitos de Deus como um arco no lugar da sua disposição final.

Concluindo, deve-se fazer alguma tentativa no sentido de se avaliar a definição do termo “aliança”, previamente sugerido como se relacionando à aliança com Noé. A aliança com Noé pode ser descrita como um “pacto de sangue soberanamente administrado”?

Em um sentido, a aliança com Noé oferece o maior ponto de tensão para a definição sugerida do termo “aliança”. A aliança com Noé é um “pacto”; é um pacto “soberanamente administrado”. Porém, em que sentido a aliança com Noé pode ser descrita como um “pacto de sangue”? Como esse “penhor de morte” está envolvido na aliança com Noé?

Dois fatores na aliança com Noé indicam a presença desse aspecto da ideia de aliança. Primeiro, observe as alternativas envolvidas no período que antecipa a ratificação formal da aliança com Noé. Deus destruirá o homem da

face da terra; mas Noé achará graça aos olhos do Senhor. Na verdade, vida e morte são os motivos que alicerçam a época de Noé, como vistos na representação dramática da atitude de Deus para com a semente da mulher e a semente de Satanás. Em segundo lugar, note a solene estipulação concernente à punição capital: “se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu” (Gn 9.6). Indubitavelmente, vida e morte estão envolvidas nessas palavras. A morte virá sobre o infrator da aliança que tirar a vida do homem, ao passo que a preservação será o resultado da correta observância dessas estipulações.²⁰

Para resumir, a aliança com Noé provê a estrutura histórica na qual o princípio Emanuel pode experimentar sua completa realização. Deus veio em julgamento; mas também providenciou um contexto de preservação, no qual a graça da redenção pode operar. A partir da aliança com Noé torna-se muito claro que o fato de Deus estar “conosco” envolve não somente o derramamento da sua graça sobre seu povo; envolve também o derramamento da sua ira sobre a semente de Satanás.

O Cristo dos Pactos, de Palmer Robertson, Editora Cultura Cristã

¹ Gerhard von Rad, *Old Testament Theology* (Nova York, 1962), 1:154 refere-se a Gênesis 3-11 como “a grande hamartologia do Jawista”. Ainda que von Rad tenha visto corretamente a ênfase do desenvolvimento da linhagem de Satanás, ele deixou de notar a manutenção paralela da linhagem de “a mulher”.

² Os compromissos de Deus com Noé, pré-diluvianos e pós-diluvianos, ajustam-se ao frequente padrão de administração da aliança da Escritura. Não é necessário postular duas alianças com Noé, uma antes e outra depois do dilúvio. Procedimentos preliminares precedem o processo formal de inauguração. O compromisso de Deus de “preservar” Noé e sua família antes do dilúvio está integralmente relacionado com o princípio de “preservação”, que forma a essência do compromisso da aliança de Deus depois do dilúvio. Cf. D. J. McCarthy, “*Berit and Covenant in the Deuteronomistic History*”, *Supplements to Vetus Testamentum*, (1972), p. 81. McCarthy observa vários exemplos na Escritura nos quais um vínculo pactual sela um relacionamento já existente.

³ Cf. em particular a discussão de L. Dequeker, “Noah and Israel. The Everlasting Divine Covenant with Mankind”, em *Questions Disputées d’Ancien Testament. Méthode et Théologie* (Gembloux, 1974), p. 119.

⁴ Cf. especificamente Oseias 2.18-23 (Hb 2.20-25).

⁵ Essencialmente, essas mesmas categorias, que descrevem o universo, são encontradas na ordenação original do mundo por Deus (cf. Gn 1.20, 24-26, 28, 30). Assim, a aliança de Deus com Noé enfatiza que a presente continuação da ordem da criação repousa na palavra pactual dita a Noé.

⁶ A tradução de Gênesis 6.6, na Authorized Version (Versão Autorizada), frequentemente causa uma preocupação indevida. A tradução diz: “... se arrependeu o Senhor de ter feito o homem”. O problema com essa tradução é resultado da limitação atual no uso do termo “arrepender-se”. Hoje, esse termo é usado somente para descrever a mudança de pensamento com respeito a uma má ação. Por certo Deus nada fez de moralmente errado ao criar o homem, que precisasse “arrepender-se”, e o verbo hebraico empregado (נָחַם) não envolve essa conotação. Porém, Deus respondeu apropriadamente ao desenvolvimento histórico da depravação humana. À luz das circunstâncias que se desenvolveram, ele “moveu-se de tristeza” por ter feito o homem sobre a terra. Essa afirmação de maneira alguma implica em que Deus cometeu um erro ao criar o homem, ou que foi apanhado de surpresa ante o aparecimento do pecado. Apenas torna evidente que Deus responde significativamente às circunstâncias da história humana.

⁷ W. Zimmerli, “Χαρις [etc.]” em *Theological Dictionary of the New Testament*, org. Gerhard Friedrich (Grand Rapids, 1974), 9:380, diz a respeito desse texto: “Indubitavelmente há implícito aqui o mistério da livre decisão divina, pela qual Noé veio a ter essa atratividade para Deus”. Ele definiu $\chi\alpha\rho\iota\varsigma$ como uma “aproximação afetuosa de uma pessoa a outra, como expressa em um ato de assistência” (p. 337), observando que se trata “sempre da livre graça de Deus” (p. 378), e muitas vezes aparece unido a $\kappa\alpha\tau\alpha$.

⁸ Gênesis 2.4; 6.9; 10.1; 11.10; 11.27; 25.12; 25.19; 36.1; 36.9; 37.2. Para uma discussão sobre o significado da frase, veja William Henry Green, *The Unity of the Book of Genesis* (Nova York, 1895), p. 9ss.; Martin H. Woudstra, “The Toledot of the Book of Genesis and their Redemptive-Historical Significance”, *Calvin Theological Journal*, 5 (1970): 184-191.

⁹ Cf. Gênesis 7.1, 7, 13, 23; 8.16, 18; 9.9, 12.

¹⁰ A elaboração bíblica subsequente sobre esse tópico indica que, porque o “sangue” era um símbolo da “vida”, ele pertence a Deus. Esse princípio encontra representação vívida no requisito de que o sangue (que flui) dos animais não deve ser comido, mas deve ser apresentado no altar de Deus (Lv 17.10-14).

¹¹ Para uma discussão sobre as duas principais maneiras pelas quais essas frases podem ser interpretadas, veja John Murray, *Principles of Conduct* (Grand Rapids, 1957), p. 111ss. Meredith Kline “Genesis”, *New Bible Commentary Revised* (Grand Rapids, 1970), p. 90, funde ambos os possíveis entendimentos da frase: “Isso (i.é., o fato de o homem ter sido feito à imagem de Deus) pode explicar tanto a monstruosidade do assassino quanto a dignidade do homem, o que justifica atribuir-lhe tão grave responsabilidade judicial”.

¹² João Calvino, *Commentaries on the First Book of Moses Called Genesis* (Grand Rapids, 1948), 1:295, julga que o versículo antecipa o desenvolvimento posterior do poder do Estado, mas também que o alcance da declaração inclui ainda mais. Por meio de uma variedade de ordenanças providenciais, Deus velará para que aquele que derramar sangue não fique impune.

¹³ “Para que Deus, por causa da pecaminosidade inata do homem, não mais trouxesse um julgamento exterminador sobre a criação terrena, era necessário que, por mandatos e autoridades, ele erguesse uma barreira contra a supremacia do mal, e assim lançou o fundamento para o desenvolvimento civil bem ordenado da humanidade, de acordo com as palavras de bênção que são repetidas no

versículo 7, mostrando a intenção e o objetivo desse novo período histórico” (C. F. Keil e F. Delitzsch, *Biblical Commentary on the Old Testament: The Pentateuch*, [Grand Rapids, 1949-50], 1:153).

¹⁴ Von Rad, op. cit., p. 129, não hesita em afirmar que esses versículos indicam que o homem deve ser o executor da pena de morte. Ele sugere que essa responsabilidade transmite o “forte tom legal que acompanha a graciosa dispensação noética”.

¹⁵ Veja acima, p. 65.

¹⁶ Cf. Claus Westermann, *Genesis Biblischer Kommentar Altes Testament* (Neukirchen-Vluyn, 1974), p. 628; F. F. Bruce, *Commentary on the Book of the Acts: New International Commentary on the New Testament* (Grand Rapids, 1954), p. 312. Para uma discussão sobre a tradição rabínica concernente às sete leis da aliança com Noé e a sua aplicação ao mundo gentio, veja “*Encyclopaedia Judaica* (Nova York, 1971), 12: cols. 1189s.

¹⁷ Derek Kidner, *Genesis. An Introduction and Commentary: The Tyndale Old Testament Commentaries* (Chicago, 1967), p. 101, conclui que o caráter temporalmente limitado da legislação relativa ao comer certa espécie de carne tem o efeito de limitar temporalmente a legislação relativa à pena capital. Ele comenta: “... não se pode simplesmente transferir o versículo 6 para o livro de estatuto a menos que se esteja preparado para transferir com ele os versículos 4 e 5”.

¹⁸ 2Pedro 3.3-10 parece, também, estabelecer sua base para a proclamação universal do evangelho na aliança com Noé. Os pecadores podem escarnecer da palavra da profecia da nova aliança concernente ao julgamento final (v. 3-4). Mas o dilúvio de Noé indica a certeza das intenções de Deus (v. 5-6). Assim como “pela palavra de Deus” (τῶ τοῦ θεοῦ λόγῳ) o mundo passou a existir, assim também “pela mesma palavra” (τῷ αὐτῷ θεοῦ λόγῳ) o universo atual está reservado para o julgamento de fogo (v. 5,7). A referência à “mesma palavra” indica, de maneira ampla, a palavra de Deus que se manifestou tão poderosamente na criação. Mas parece também referir-se, mais especificamente, à palavra pactual falada a Noé. Com base nessa palavra pós-diluviana, a terra continua a ser mantida até o presente. A paciência de Deus, que não deseja que ninguém se perca (v. 9), manifesta-se no contexto dessa palavra pactual, de que Deus sustentará toda a criação até ao julgamento de fogo (v. 7,10). No contexto cósmico desses versículos, que descrevem os propósitos de Deus com respeito a toda a criação (v. 6-7), o “desejo” de Deus de que “todos” se arrependam deve ser interpretado universalmente. O fato de que Deus pode “desejar” o que explicitamente não “decretou” deve ser tomado simplesmente como uma dessas áreas dos propósitos de Deus que não podem ser compreendidas pela mente finita. O contexto não favorece a limitação desse desejo aos “eleitos”, a despeito da possibilidade de que “a paciência para convosco” possa ser interpretada como significando paciência para com os crentes que eram os destinatários da carta de Pedro. O ponto capital do texto não é que Deus é paciente para com os eleitos, não desejando que nenhum eleito se perca. A presente demora do julgamento do mundo indica sua paciência para com toda a humanidade, a despeito do fato de que, finalmente, nem todos serão salvos. Cf. John Murray e N. B. Stonehouse, *The Free Offering of the Gospel* (Phillipsburg, s.d.), p. 21-26.

¹⁹ Von Rad, op.cit., p. 130, observa que a palavra para “arco-íris”, no texto, é a palavra normalmente usada para “arco de batalha”. Ele sugere que o arco-íris indica que Deus pôs de lado seu arco de batalha depois do dilúvio. Cf. Meredith G. Kline, “Genesis”, *New Bible Commentary Revised* (Grand Rapids, 1970), p. 90. “*Meu arco* traduz *qeset*, cujo sentido usual é a arma. Assim, o recorrente arco-íris, imposto sobre a tempestade que se abrandava pelo sol que novamente brilha, é o arco de batalha de Deus posto de lado, um símbolo da graça que detém as flamas cintilantes da ira”.

²⁰ Cf. Delbert R. Hillers, *Covenant: The History of a Biblical Idea*, (Baltimore, 1969), p. 102, que sugere a presença de automaldição no fato de que o “arco” está apontado para Deus. Ele cita o poema medieval:

Meu arco entre ti e mim
Estará no firmamento,
Para teu lado volta-se a corda,
E contra mim curva-se o arco,
Que tal convulsão jamais aconteça
É o que prometo a ti.

Ainda que a sugestão de automaldição divina seja intrigante, o contexto não fornece apoio adequado para a ideia. É difícil ver como essas ideias se harmonizariam com as descrições subseqüente do trono de Deus ostentando graciosamente um arco-íris (cf Ap 4.3).